



Plano de saúde terá de cobrir mais remédios contra o câncer

Senado aprovou ontem proposta que obriga seguros privados a custear medicamentos de uso domiciliar. Atualmente, apenas os de uso hospitalar são cobertos

Vai para a sanção presidencial o projeto que obriga os planos de saúde a custear os remédios de uso oral contra o câncer, indicados para o tratamento em casa. Para a autora da proposta, Ana Amélia, a lei dará aos pacientes mais segurança

do que a recente portaria da Agência Nacional de Saúde Suplementar. A votação do projeto faz parte de compromisso assumido pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, como parte do Outubro Rosa, ação mundial contra o câncer de mama. **3**

A senadora Ana Amélia, autora do projeto aprovado, é aplaudida no Plenário por integrantes da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília: mais proteção aos doentes



Waldemir Barreto/Agência Senado

Leilão do Campo de Libra tem nova discussão em Plenário **5**

Analistas cobram investimentos na proteção de dados on-line **7**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Entre ministros e outras autoridades, Renan Calheiros (3º à dir.) aplaude a assinatura da lei pela presidente Dilma Rousseff

Programa Mais Médicos é sancionado sem vetos

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem o texto aprovado pelo Senado no dia 16, permitindo a contratação de médicos estrangeiros e brasileiros formados no exterior para atuar no Sistema Único de Saúde em regiões com déficit de atendimento, sem revalidação de diploma. **3**

Genildo Magalhães/Agência Senado



Blairo (E) ouve Herman Benjamin na audiência da Comissão de Meio Ambiente

Em debate, um tribunal para América do Sul

Especialistas disseram no Senado que tribunal para os 12 países da Unasul será importante principalmente na área ambiental. **8**

Acordo pode viabilizar aprovação de orçamento impositivo no Senado **2**

Empresas deverão apresentar relatórios de sustentabilidade **6**

Plano de Educação reflete vontade de poucos grupos, diz especialista **4**

A Ciência no Futuro da Saúde e dos Esportes

24 de outubro das 8h30 às 17h20
no Auditório Antonio Carlos Magalhães (Ed. Interlegis)

Inscrições: <http://bit.ly/caminhosparainovacao>



Acordo possibilita votação da PEC do Orçamento Impositivo

Sem calendário especial, discussão em primeiro turno termina amanhã e PEC seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça, que deverá analisar as emendas apresentadas em Plenário na terça-feira

OS LÍDERES DA base de apoio ao governo na Câmara e no Senado chegaram a um acordo sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 22A/2000) que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União. O anúncio foi feito pela ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, após reunião com os parlamentares da liderança do Governo no Senado. De acordo com a ministra, o objetivo é evitar a demora na aprovação do texto.

— Não adianta aprovar algo aqui no Senado que depois a Câmara mude, não concorde e aí fica naquele efeito pingue-pongue, de uma casa para a outra — afirmou Ideli.

Segundo o líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que também é relator da PEC, um dos pontos do acordo consiste em aumentar o limite do percentual da receita corrente líquida (RCL) que deve ser obrigatoriamente liberado para as emendas



Relator da PEC, Braga propôs aumento do limite obrigatório para as emendas

parlamentares. Em vez de 1%, como prevê o texto aprovado pela CCJ, o percentual seria de 1,2%.

O aumento atenderia reivindicação de deputados de que 0,6% da RCL fosse destinada a emendas que não são da área de saúde. O governo defendia que metade do valor das emendas fosse dirigida à saúde, e os deputados queriam baixar esse percentual para 40%, ou seja: 0,4% da RCL. Com a alteração, o percentual continua o mesmo, 50% para a área da saúde e 50%

para outras emendas, mas a base de cálculo muda, o que elevará de 0,5% para 0,6% da receita corrente líquida cada uma das metades.

Braga disse que será mantida no texto a previsão de que a União destine 15% da RCL para a saúde. Atualmente, a União aplica na área cerca de 13% desse tipo de receita, mas não há percentual mínimo definido em lei. Pelo projeto, o percentual será aumentado gradualmente e os 15% serão atingidos em 2018.

Calendário especial foi barrado pela oposição

Durante as votações em Plenário, senadores da oposição conseguiram barrar a votação de um requerimento que aceleraria a apreciação da PEC 22A/2000, por meio de um calendário especial para a votação. Assim, a proposta continuará tramitando normalmente.

Ontem, transcorreu a terceira sessão de discussão da matéria, faltando agora duas sessões de discussão para que ela possa ser votada em primeiro turno pelos senadores.

A proposta em questão é o substitutivo do senador Eduardo Braga à PEC 22A/2000, que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

O texto também estabelece uma fonte de financiamento estável para a saúde pública. A PEC é de autoria do falecido senador Antonio Carlos Magalhães.

O requerimento que solicitava o calendário especial de votação da PEC foi apresentado por lideranças de

partidos da base governista e outros senadores, porém sequer foi votado depois de posicionamentos contrários do líder do PSDB, senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), e do líder da Minoria, senador Mário Couto (PSDB-PA).

— Eu acredito que o tipo de matéria que precisa de emenda constitucional para ser implementada é de tal gravidade, de tal nobreza que é preciso que se respeitem os ritos — argumentou Aloysio Nunes.

Adiada votação de relatório final da LDO

O presidente da Comissão de Orçamento (CMO), senador Lobão Filho (PMDB-MA), disse que a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (LDO — PLN 2/13) foi adiada para as 9h de amanhã. A razão foi uma reunião, prevista para ontem, de líderes partidários da Câmara e do presidente do Senado, Renan Calheiros, com o governo para discutir as versões diferentes à Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000), que está na pauta do Plenário do Senado.

O substitutivo em análise no Senado destina 50% das emendas parlamentares



Presidente da CMO, Lobão Filho anuncia mais um adiamento da votação da LDO

de execução obrigatória a ações e serviços públicos de saúde. Já o texto da Câmara não vincula a destinação das emendas individuais.

Os parlamentares reclamaram da reunião da CMO marcada para quinta pela manhã por causa de compromissos

nos estados e pediram para alterar a votação para hoje à tarde. A sugestão, entretanto, não foi aceita.

O relatório final da proposta está em pauta desde 17 de setembro. Esse é o oitavo adiamento da votação.

(Da Agência Câmara)

Aprovado crédito suplementar para órgãos federais e Justiça

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem proposta (PLN 7/2013) que abre crédito suplementar de R\$ 942 milhões para o Ministério da Educação, o Ministério Público da União (MPU) e as Justiças Eleitoral e do Trabalho.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) receberá a maioria dos recursos, R\$ 570 milhões, destinados a bolsas de apoio à educação básica.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por sua vez, terá um crédito de R\$ 359 milhões. Desse total, R\$ 191 milhões serão investidos em bolsas de apoio à

educação básica.

A Justiça Eleitoral fica com R\$ 5,3 milhões, distribuídos entre os Tribunais Regionais Eleitorais do Distrito Federal, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco e Tocantins.

Para a Justiça do Trabalho serão destinados R\$ 4,3 milhões aos Tribunais Regionais da 3ª Região (MG), 11ª Região (AM e RR), 18ª Região (GO) e 23ª Região (MT).

O MPU terá R\$ 3,6 milhões para construir procuradorias da República em Porto Alegre, Teresina e Caruaru (PE).

As propostas serão analisadas agora pelo Plenário do Congresso, em data a ser marcada.

(Da Agência Câmara)

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Orçamento impositivo

14h Na pauta da sessão deliberativa, discussão, em primeiro turno, da PEC do Orçamento Impositivo.

PRESIDÊNCIA Ministro do Itamaraty

11h Renan Calheiros recebe o presidente da Associação de Delegados de Polícia do Brasil, Paulo D'Almeida; às 11h30, o presidente do Conselho Nacional de Educação, José Fernandes de Lima; às 12h, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo; às 12h30, deputado Sarney Filho e outros; às 16h, preside a ordem do dia.

CI Obras viárias

7h30 Audiência para debater contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias. Foi convidada a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Após a audiência, análise das indicações de Paulo Sérgio Passos e Carlos Fernando do Nascimento para a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

CDH Atendimento domiciliar

8h30 O idoso enfermo não precisará comparecer a órgãos públicos para obtenção de laudo de saúde. Projeto na pauta da Comissão de Direitos Humanos prevê atendimento domiciliar.

CAS Suspensão de contrato

9h Projeto que institui a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise financeira da empresa e o que determina que os alimentos com lactose indiquem, em rótulo, o teor da substância.

CDR Dívidas rurais

9h Análise do projeto que modifica os parâmetros de renegociação das dívidas de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

CCJ Voto secreto

10h Proposta que acaba com o voto secreto. Análise do projeto que estabelece aposentadoria especial para os servidores públicos com deficiência.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO Debate

14h Audiência pública na comissão temporária criada com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação, com a presença de Fernando Veloso, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas.

SEGURANÇA PÚBLICA Audiência

15h A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, participa de audiência pública na comissão que propõe soluções para a segurança pública.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h30**, reunião da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, na sequência, às **10h**, reunião da **Comissão de Constituição e Justiça**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Atualmente, convênios médicos são obrigados a fornecer somente os medicamentos de uso ambulatorial. Proposta aprovada ontem no Senado irá para sanção presidencial

Plano terá de cobrir remédio oral contra câncer

O PLENÁRIO DO Senado aprovou em definitivo ontem a proposta que inclui entre os procedimentos obrigatórios dos planos de saúde o fornecimento de remédios de uso oral contra o câncer, indicados para pacientes tratados em casa.

O texto aprovado é o substitutivo da Câmara ao PLS 352/2011, da senadora Ana Amélia (PP-RS), que agora vai para a sanção presidencial.

O projeto prevê também que os planos deverão cobrir radioterapia e hemoterapia, desde que estejam relacionadas à continuidade da assistência prestada no hospital.

Segundo Ana Amélia, 40% dos tratamentos empregam medicamentos de uso domiciliar e, em 15 anos, 80% dos casos serão tratados em casa. Até agora, os planos de saúde só eram obrigados a arcar com os custos no tratamento ambulatorial.

— Hoje é o dia mais importante do meu mandato. Está sendo concluído nesta Casa um processo que diz respeito a 1,1 milhão de pacientes portadores de câncer — disse a senadora.

A votação da proposta fazia parte de compromisso assumido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, durante cerimônia de adesão ao Outubro Rosa, movimento internacional de luta contra o câncer de mama. O texto, porém, atende a todos os portadores de câncer.

— Os pacientes terão acesso em casa a medicamentos que



Ana Amélia, autora da proposta, ouve José Sarney, ao lado de Eunício Oliveira e Waldemir Moka, que relatou o texto, pouco alterado na Câmara dos Deputados

têm 54 indicações contra vários tipos de câncer. Agora esses medicamentos deixam de ser uma possibilidade e passam a ser um direito dos brasileiros — disse Renan.

Senadores e entidades ligadas à prevenção e ao combate do câncer cumprimentaram Ana Amélia. Eunício Oliveira (PMDB-CE) e José Agripino (DEM-RN) ressaltaram a melhoria na qualidade de vida do paciente em casa e a tranquilidade para as famílias.

Para Pedro Taques (PDT-MT), o projeto “humaniza o tratamento”. Wellington Dias (PT-PI) e Paulo Davim (PV-RN) chamaram a atenção para o alto custo dos medicamentos.

José Sarney (PMDB-AP) destacou o benefício às pessoas mais pobres.

— A quimioterapia evoluiu, não só por via endovenosa, mas também por via oral, à qual os mais pobres não tinham condições de acesso — afirmou.

Vítima de um câncer, Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) relatou a própria experiência. Sobrinho se disse um sobrevivente e chamou o projeto de “vale-vida”:

— É uma esperança para pacientes com poucos recursos.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Aécio Neves (PSDB-MG) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacaram a rapidez na tramitação. Randolfe citou o esforço de Ana Amélia no enfrentamento do “lobby dos planos privados de saúde”.

A proposta foi apresentada em 2011. Como foi alterada pela Câmara, retornou ao Senado. Waldemir Moka (PMDB-MS), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e relator da proposta, disse que as alterações, “de pouca monta”, aperfeiçoaram o projeto.

O substitutivo trocou o termo “quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral” por “tratamentos antineoplásicos domiciliares de uso oral”.

Ana Amélia: lei dá a paciente mais segurança do que portaria da ANS

Ana Amélia (PP-RS) citou em discurso a aprovação do projeto que obriga os planos de saúde a custear medicamentos quimioterápicos de uso oral contra o câncer.

A senadora afirmou que, embora as medidas do projeto já tenham sido tomadas pelo governo — por meio de uma portaria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgada anteontem —, é importante garantir o benefício por lei, já que a portaria pode ser provisória e a lei é definitiva.

— É [a portaria] uma norma ou resolução que tem prazo de validade. Ela pode durar seis meses, um ano, dois anos.

No caso de uma lei, não. A lei é perene — afirmou a senadora, acrescentando que, assim, os clientes dos planos terão mais segurança.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o projeto alcança de forma mais efetiva os pacientes. Ele disse ter visto “com estranheza” a iniciativa da ANS, pois, segundo ele, o governo deveria valorizar a apresentação da proposta no Poder Legislativo.

Para Ana Amélia, o projeto vai “aliviar” o Sistema Único de Saúde, já que, como os planos ainda não fazem esse tipo de cobertura, o SUS assume muitos desses pacientes.

Mais Médicos é sancionado sem vetos

Com a presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, a presidente Dilma Rousseff sancionou ontem, no Palácio do Planalto, a lei que cria o Programa Mais Médicos. O texto — o mesmo aprovado pelos senadores no dia 16 — permite a contratação de médicos estrangeiros e brasileiros formados no exterior para atuar no Sistema Único de Saúde (SUS) em regiões com déficit de atendimento.

— O pacto que estamos tornando realidade hoje é da melhoria da qualidade da saúde pública, com aumento do número de médicos — disse Dilma, acrescentando que o governo está investindo em postos e equipamentos.

Ao entregar ao médico cubano Juan Delgado o primeiro registro provisório, a presidente e o ministro da Saúde lamentaram o constrangimento sofrido na chegada dele ao país, quando houve hostilidade por parte de um grupo de médicos no aeroporto de Fortaleza.



Mercadante, Alves, Temer, Dilma, Renan e Gleisi na cerimônia de sanção

— Aquele corredor polonês da xenofobia não representa nem o espírito da maioria dos brasileiros nem da maioria dos médicos — disse o ministro.

Padilha informou que, em setembro, primeiro mês do programa, mais de mil médicos prestaram aproximadamente 320 mil consultas. Outros 2.597 profissionais da segunda etapa do programa devem iniciar as atividades ainda neste mês. Um total de 577 municípios e 3,5 milhões de pessoas já são atendidas.

O ministro elogiou o Congresso, que, em sua avaliação,

aprimorou a proposta do Executivo. O texto final aprovado por deputados e senadores transfere para o Ministério da Saúde a responsabilidade de emitir registro de médicos do programa. Os conselhos regionais de medicina permanecerão com a responsabilidade de fiscalizar o trabalho.

A lei prevê que a revalidação do diploma obtido no exterior não será necessária nos três primeiros anos. O médico só poderá participar da prorrogação se integrar “carreira médica específica”, cuja definição depende de regulamentação.

Projeto torna obrigatória a oferta de planos individuais e familiares

Os planos de saúde poderão ser obrigados a oferecer serviços nas modalidades individual e familiar, conforme prevê o PLS 288/2012, que foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor do projeto, Vital do Rêgo (PMDB-PB), explica que a proposta surgiu de uma constatação: as modalidades individual e familiar deixaram de ser oferecidas pelas operadoras como estratégia para fugir do controle da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Segundo a ANS, mais de 70% dos planos de saúde são da modalidade empresarial, cujo reajuste de preço não precisa ser autorizado pela agência. Em decorrência, é considerada mais lucrativa e preferida pelas operadoras. Vital afirma que há cada vez menos planos individuais e familiares.

O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), recomendou a aprovação do projeto, por “trazer maior equilíbrio ao mercado de seguros privados de assistência à saúde no Brasil”.



Para Randolfe, relator, projeto dá equilíbrio ao mercado de planos de saúde

Para especialista, Plano de Educação reflete ativismo de poucos grupos

Em audiência, Claudio de Moura Castro disse que “pessoas que sabem e são respeitadas” não foram consultadas na elaboração do projeto

PARA O ESPECIALISTA em educação Claudio de Moura Castro, o projeto do novo Plano Nacional da Educação (PNE) é “equivocado e inútil”. Trata-se, na visão dele, de mais de 2 mil propostas por vezes incompatíveis. Para Castro, o texto reflete antes de tudo o “ativismo” de grupos específicos, sem incorporar as contribuições de pessoas que “sabem e são respeitadas”.

O especialista foi um dos debatedores de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Como exemplo da falta de prioridade, ele citou que o projeto dedica um parágrafo tanto ao ensino médio quanto à padronização dos ônibus escolares.

— Algumas ideias boas estão perdidas numa salada de irrelevantâncias — criticou.

Entre as medidas impossíveis, Castro apontou a elevação a 90% do índice de universitários que chegarão ao fim do curso. Segundo ele, nos Estados Unidos o grau de evasão chega a 50%. Ele considerou irreal a meta de erradicação do analfabetismo absoluto e a previsão de ampliar o número de vagas no ensino técnico sem que haja apoio ao sistema privado.

Entre as metas do novo PNE,

está a previsão de um aumento gradativo do investimento em educação para que, em dez anos, os recursos correspondam a ao menos 10% do produto interno bruto (PIB), saindo do patamar atual de 5,6%.

Mesmo com o reforço das receitas do pré-sal, os participantes da audiência e os senadores reconheceram que os recursos já disponíveis não serão suficientes para resolver as carências da área.

Grandes fortunas

A professora Cristina Helena Almeida Carvalho, da Universidade de Brasília (UnB), propôs que o Imposto sobre as Grandes Fortunas, previsto na Constituição, seja regulamentado e os recursos sejam destinados à educação. O relator do projeto do PNE (PLC 103/2012), Alvaro Dias (PSDB-PR), disse que não

pretende indicar novas vinculações de tributos. A seu ver, os recursos adicionais deverão sair dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios:

— Discutir novas fontes é tergiversação. Não podemos vincular o cumprimento das metas a eventuais novas fontes.

Maria Alice Setubal, presidente da Fundação Tide Setubal, lamentou a supressão, em comissões do Senado que já examinaram o projeto do PNE, dos parâmetros para a definição do custo aluno/qualidade (CAQ), que serve de base para o investimento mínimo na educação básica. Segundo ela, as mudanças fragilizaram o futuro plano, pois o CAQ é o instrumento para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Ela disse que os piores resultados estão nos pequenos municípios, nas

áreas rurais e nas periferias das grandes cidades.

Pelo texto que saiu da Câmara, o CAQ teria de ser implementado no prazo de dois anos de vigência do PNE, incorporando custos do pagamento e qualificação de professores, manutenção, construção e conservação de equipamentos, alimentação e transporte escolar, entre outros. No Senado, saiu o prazo.

Cristina Helena também apontou retrocessos, citando a meta de 10% do PIB para a educação. Ela lembrou que o texto da Câmara tratava da “educação pública”. No Senado, foi suprimida a palavra “pública”. Dessa maneira, de acordo com ela, os recursos poderão ser também canalizados para ações do setor privado, como o ProUni, que financia bolsas de estudo nessas instituições.



Participaram da audiência Cristina Helena Carvalho, Alice Setubal, Cyro Miranda, Claudio de Moura Castro e Alvaro Dias



Marcos Oliveira/Agência Senado

Fortunati lembra que tarifas devem sofrer reajuste em janeiro

Renan discute passe livre com entidade de prefeitos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniu-se ontem com o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati, para discutir soluções e critérios de implantação do passe livre para estudantes.

Autor da proposta do passe livre, Renan destacou a importância do debate sobre a medida, que ele considera um dos maiores anseios da sociedade civil:

— É um compromisso do Legislativo dentro da nossa agenda positiva.

Fortunati, que também é prefeito de Porto Alegre, lembrou a necessidade de discussão do tema em face da proximidade do reajuste das tarifas de ônibus, previsto para 1º de janeiro.

Participaram do encontro os senadores Acir Gurcagz (PDT-RO) e Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Servidores debatem aposentadoria especial

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Waldemir Moka (PMDB-MS), vai pedir audiência com o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, para discutir a garantia de aposentadoria especial para servidores públicos com deficiência. Ele anunciou a iniciativa após audiência ontem, na comissão.

Moka também sugeriu a promoção de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para discutir os aspectos jurídicos de propo-

sições que tratam do tema: o Projeto de Lei do Senado (PLS) 250/2005 — Complementar e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 54/2013, do senador Paulo Paim (PT-RS).

A reunião com o ministro Garibaldi, avaliou Paim, é importante para a construção de uma proposta viável. Atualmente, ressaltou, o gestor utiliza regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou de decisões judiciais para conceder o benefício.

Na omissão do Legislativo,

observou o juiz federal Roberto Wanderley Nogueira, os servidores são beneficiados com o Mandado de Injunção 5.126, proferido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira, explicou que as normas da previdência social deveriam ser aplicadas até a entrada em vigor da Lei Complementar 142/2013. No entanto, observou, a lei entrou em vigor, mas remete para regulamento a definição dos tipos de deficiência passíveis de aposentadoria especial, o que ainda não foi feito.

Tal regulamento, informou o coordenador-geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade, Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, será feito pelo Executivo com base no texto legal, que trata de agentes químicos, físicos e biológicos nocivos. No entanto, não leva em consideração aspectos psicoergonômicos, que, segundo ele, são os que mais geram problemas aos trabalhadores.

Erro de jornal prejudicou Dilma, diz Jorge Viana

Uma informação errada publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* prejudicou de forma injusta a imagem da presidente Dilma Rousseff, disse ontem, em Plenário, Jorge Viana (PT-AC).

O senador se referiu a matéria segundo a qual a presidente Dilma teria entregue residências do Programa Minha Casa, Minha Vida “sem água e sem luz”. Viana



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Viana, matéria causou prejuízos incalculáveis à imagem da presidente

informou que as casas são entregues aos beneficiários do programa com as instalações completas e cabe ao novo morador solicitar às respectivas empresas estaduais a ligação dos serviços.

Aloysio Nunes critica obscurantismo de invasores de laboratório

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pronunciou-se ontem em Plenário contra a invasão do Instituto Royal, laboratório de pesquisas em São Roque (SP), por ativistas de defesa dos animais.

Segundo Aloysio, que criticou o “obscurantismo” dos ativistas, as experiências científicas com animais são feitas em todo o mundo e estão submetidas a regras rigorosas,



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio salienta que o ato teve apoio paramilitar dos *black blocs*

mas tem se tornado corrente no país a prática de “quebrar tudo” quando não se concorda com certas leis. Ele classificou os atos de violência em manifestações como intoleráveis em um regime democrático.



Audiência pública na CAS foi acompanhada por servidores com deficiência

Senadores mantêm debate sobre leilão de pré-sal

Continuaram ontem em Plenário os discursos sobre o leilão do Campo de Libra, realizado segunda-feira no Rio de Janeiro. A primeira área de petróleo na camada do pré-sal será explorada sob regime de partilha pelo único

consórcio que participou da disputa, sob liderança da Petrobras e com duas empresas chinesas e duas europeias.

Senadores de oposição apontam fracasso devido ao desinteresse de investidores e afirmam que o governo aderiu às

privatizações, historicamente criticadas pelo PT. Senadores aliados do governo garantem que leilão não é sinônimo de privatização e que o regime de partilha garante ao país a maior parcela do petróleo que será extraído.

Aécio aponta ufanismo da presidente e critica modelo de partilha

Aécio Neves (PSDB-MG) criticou ontem as condições do leilão do Campo de Libra, que teriam reduzido o interesse dos investidores. Ele rejeitou o modelo de partilha e classificou como “extremo ufanismo” a atitude da presidente Dilma Rousseff de comemorar em cadeia nacional um leilão com um único participante.

— A joia da coroa, o bilhete premiado pertence em parte a empresas privadas. Tenho que saudar desta tribuna a conversão do PT às privatizações — disse.

Aparteado por sete senadores, Aécio afirmou ainda que Dilma deveria agradecer ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por ter feito a abertura do setor de petróleo.



Moreira Mattos/Agência Senado

Governo recorre à demagogia para esconder a realidade, diz Flexa

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a presidente Dilma Rousseff comemorou o fracasso como se fosse uma conquista, porque, mesmo com o potencial comprovado de exploração, houve apenas um consórcio interessado.

— Para negar a realidade, o governo, mais uma vez, recorre à demagogia e à propaganda.

Para Flexa, a tentativa de manipulação da opinião pública esconderia o desafio de custear o desenvolvimento e a exploração da reserva de petróleo. O senador ressaltou que a Petrobras tem uma dívida de US\$ 112,7 bilhões e é a maior devedora do mundo entre as companhias abertas não financeiras, de acordo com o Bank of America.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro afirma que Dilma precisa pedir desculpas ao povo brasileiro

Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou a presidente Dilma Rousseff de usar o leilão do Campo de Libra para conseguir dinheiro e fechar as contas federais. A importância do leilão para o governo, disse o senador, é muito mais fiscal do que de expansão da produção nacional de petróleo. Para o senador, Dilma precisa pedir desculpas ao povo.

— A contabilidade criativa utilizada em outros exercícios já não é mais suficiente e o governo dilapida um patrimônio público extraordinário com o objetivo de buscar recursos para atender a demanda do superávit primário — afirmou, em referência aos R\$ 15 bilhões que serão arrecadados a título de bônus de assinatura.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mário Couto lamenta utilização do Exército na segurança do leilão

Mário Couto (PSDB-PA) criticou a convocação do Exército para reforçar a segurança no entorno do hotel no Rio de Janeiro, onde foi realizado o leilão. Segundo o senador, o governo petista “estraçalhou” o país e agora tenta intimidar a população com a “vergonhosa atitude” de colocar o Exército nas ruas. Couto lamentou o que considera a entrega da Petrobras ao capital estrangeiro e afirmou que o governo do PT, que tanto criticou as privatizações na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, está agindo da mesma forma.

— Começaram a entregar a nossa pátria porque não possuem condições de gestão, são incompetentes — protestou o senador.

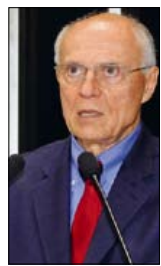


Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy destaca benefícios para o Brasil com a exploração das jazidas

Ao comentar discurso que a presidente Dilma fez em cadeia nacional, na noite de segunda-feira, sobre o leilão do Campo de Libra, Eduardo Suplicy (PT-SP) apontou diversos benefícios que o Brasil receberá com a exploração das jazidas petrolíferas na área.

De acordo com o senador, quando a produção do Campo de Libra alcançar o pico, daqui a uma década, poderá representar sozinha 67% de toda a produção atual de petróleo no Brasil, o que permitirá gerar, segundo ele, nos próximos 35 anos, R\$ 270 bilhões em royalties, R\$ 736 bilhões a título de excedente em óleo sob regime de partilha e R\$ 15 bilhões pagos como bônus de assinatura do contrato.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Projeto de Bauer (E) recebeu substitutivo de Armando (D) na comissão presidida por Lindbergh (C)

Compensação a estados pelas perdas no ICMS começa a ser reexaminada

Para retomar a discussão da reforma do ICMS, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começou a analisar ontem projeto (PLS 106/2013) de Paulo Bauer (PSDB-SC) sobre compensação das perdas dos estados com a redução das alíquotas interestaduais. O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), concedeu vista coletiva da proposta, que pode ser votada no dia 29.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013, aprovado pela CAE e que ainda será votado no Plenário, reduz ano a ano, a partir de 2014, a taxa cobrada nas transações interestaduais — hoje de 7% para estados das Regiões Sul e Sudeste e de 12% para os demais — até a unificação em 4%.

A proposta de Bauer reproduz os termos da Medida Provisória (MP) 599/2012, que instituiu o Fundo de Compensação de Receitas (FCR). Na época, houve críticas ao uso de MP para assunto com impacto pelos próximos

20 anos. Bauer então sugeriu lei complementar para dar mais segurança jurídica. Devido às divergências, a MP não foi votada e perdeu eficácia.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou substitutivo reproduzindo a parte da MP que institui o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). Ele mudou as proporções entre recursos: nos primeiros cinco anos, mantêm-se 75% de financeiros e 25% orçamentários. Nos cinco anos seguintes, as proporções mudam para 65% de financeiros e 35% orçamentários. Nos últimos dez anos, a fração dos recursos orçamentários aumentaria para 40%.

Quanto ao FCR, o projeto prevê a transferência de 75% dos recursos da compensação aos estados e 25% aos municípios. Os valores serão calculados com base na balança interestadual de operações para contribuintes do ICMS. As transferências terão caráter obrigatório por 20 anos.

Fim da guerra fiscal deve ser votado até novembro em esforço conjunto

Senado e Câmara podem fazer esforço conjunto para votar, até o fim de novembro, projetos sobre o fim da guerra fiscal entre estados. O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para amanhã sessão temática sobre as propostas, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Os senadores dedicaram grande parte da reunião de ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) à discussão da melhor maneira de agilizar a votação. Walter Pinheiro (PT-BA), autor da sugestão de sessão com Mantega, disse que é preciso “botar um pouco mais de pilha” no encaminhamento das propostas. Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o resultado de recente reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) deve ser analisado não pela falta de acordo, mas pelo entendimento sobre convalidação dos incentivos concedidos pelos estados. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou

que há assuntos que não dependem da reforma do ICMS, como a repactuação da dívida dos estados, que poderiam estar caminhando.

Delcídio do Amaral (PT-MS) também sugeriu esforço concentrado, já que projetos como o da repactuação da dívida dos estados estão na Câmara. Também depende da análise dos deputados, disse Delcídio, o texto que reparte entre estados de origem e de destino o ICMS das compras pela internet.

Wellington Dias (PT-PI) cobrou da CAE pulso firme para fazer a negociação avançar. O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), observou que “falta pouco” para a unanimidade dos estados. Uma das ideias de Lindbergh é que os senadores façam emenda coletiva ao PRS 1/2013, já aprovado pela CAE, a fim de que seja feito no Plenário o ajuste para contemplar desacordos. Ele convidou os demais integrantes a discutir o pacto federativo.



Delcídio do Amaral, Ricardo Ferraço e Walter Pinheiro veem boas perspectivas de acordo na comissão

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Projeto exige de empresas relatório de sustentabilidade

Documento, apresentado anualmente aos acionistas, enumera as ações adotadas pela empresa para redução de impactos ambientais, os programas sociais e as medidas de boas práticas de governança

EMPRESAS DE CAPITAL aberto podem ser obrigadas a apresentar relatório anual de sustentabilidade, informando ações de redução de impactos ambientais, programas sociais e boas práticas de governança corporativa. A medida está

prevista no PLS 289/2012, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Vital, o relatório de sustentabilidade é o principal instrumento de comunicação

do desempenho socioambiental das organizações. Porém, embora a elaboração do relatório seja usual em vários países, no Brasil apenas uma em cada cinco companhias de capital aberto segue a prática, geralmente por exigência dos investidores estrangeiros, afirma. O senador alertou para o crescente interesse do mercado financeiro por empresas que adotam condutas ambientais, sociais e de gestão responsáveis. Assim, a divulgação do relatório tem influência no comportamento dos acionistas.

A relatora na CAE foi Ana Amélia (PP-RS). O projeto agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Vital, autor do projeto: relatório de sustentabilidade influencia acionistas

Ferraço cita decisão do STF sobre Vitória

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) comemorou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de acatar recurso em que o Ministério Público Federal pediu o fim da cobrança de taxas de marinha na parte costeira da ilha de Vitória.

O objetivo do Ministério Público, segundo o senador, é garantir a aplicação da Emenda Constitucional 46, de 2005, segundo a qual ilha costeira sede de município não é bem da União. Não haveria, portanto, fundamento constitucional na cobrança de taxas de foro, laudêmio e ocupação de terrenos de marinha nessas regiões.

Ferraço ressaltou que 30%

da área de Vitória é terreno de marinha, o que faz da capital do Espírito Santo uma espécie de “condomínio da União”, o que gera dificuldades para o planejamento urbano e a regularização fundiária. Segundo ele, muitos moradores são inscritos



Ferraço diz que moradores de Vitória não precisam pagar taxas de marinha

no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (Cadin).

O senador frisou que a decisão do STF no caso de Vitória vale para todas as ilhas costeiras que forem sede de município, como Florianópolis e São Luís.

A decisão judicial ainda não é definitiva. Para o senador, ela “acende a esperança de que se possa finalmente fazer justiça aos milhares de capixabas e brasileiros que pagam, ano após ano, taxas abusivas e inconstitucionais, com base em um instituto anacrônico, completamente ultrapassado”.

PEC que cria tribunal é retirada da pauta

O Plenário aprovou um requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) solicitando que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 42/2012, que cria um Tribunal Regional Federal (TRF) em Curitiba, seja retirada da pauta de votações e enviada à Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ).

Aloysio aponta a prejudicialidade da proposição e recomenda o seu envio à CCJ em razão da promulgação da PEC 544/2002, que criou TRFs com sede em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus.

Após a aprovação do pedido de reexame, pela CCJ, da

PEC 42/2012, foi apresentado outro requerimento de igual teor à Mesa solicitando a retirada também da pauta da PEC 46/2012, que cria um TRF em Belém, e da PEC 61/2012, que cria um TRF em Fortaleza. Pela falta de acordo de líderes, o requerimento não foi votado.



Cícero Lucena, relator, e José Airton, presidente da Comissão da MP 623

Votação de relatório sobre MP da Lei da Seca fica para terça-feira

A votação do relatório da Medida Provisória (MP) 623/2013, marcada para ontem, foi adiada mais uma vez. Na semana passada, a votação já havia sido adiada, por conta de um pedido de vista coletiva. A medida, conhecida como MP da Lei da Seca, facilita a quitação de dívidas de produtores rurais atingidos pela estiagem.

O presidente da comissão mista, deputado José Airton (PT-CE), atendeu uma sugestão do deputado Andre Moura (PSC-SE) e suspendeu a reunião, que será retomada na próxima terça-feira, às 14h30. Andre Moura disse

MP não sejam aprovados. O relator acrescentou que, na próxima reunião, a matéria precisa ser votada “para ganhar ou para perder”.

— Queria que essa novela já tivesse se encerrado. Torço para que, como toda novela, essa tenha um final feliz — declarou.

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), também pediu mais tempo para analisar o texto de Cícero Lucena. Ele argumentou que é preciso conciliar o relatório com a MP 618/2013 — que também trata de dívidas e operações de crédito. A sanção da MP

618 deve ocorrer até amanhã e, segundo Pimentel, o governo já sinalizou que não haverá veto.

Parecer inclui determinação para que bancos apresentem extratos das dívidas

Acréscimos

Em relação ao texto original do

governo, o relator incluiu entre os beneficiários da MP 623 os contratantes do Programa Reorientação da Pequena e Média Propriedade Rural (Prodesa). O relatório ampliou o alcance dos municípios atingidos pela medida, com base em critérios sociais e históricos. Cícero Lucena também dispensou a decretação de situação de emergência do município como condição para o agricultor conseguir os descontos previstos na medida. O relator alegou que o agricultor já se encontra em situação muito vulnerável para ter preocupação com a condição em que se encontra seu município.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

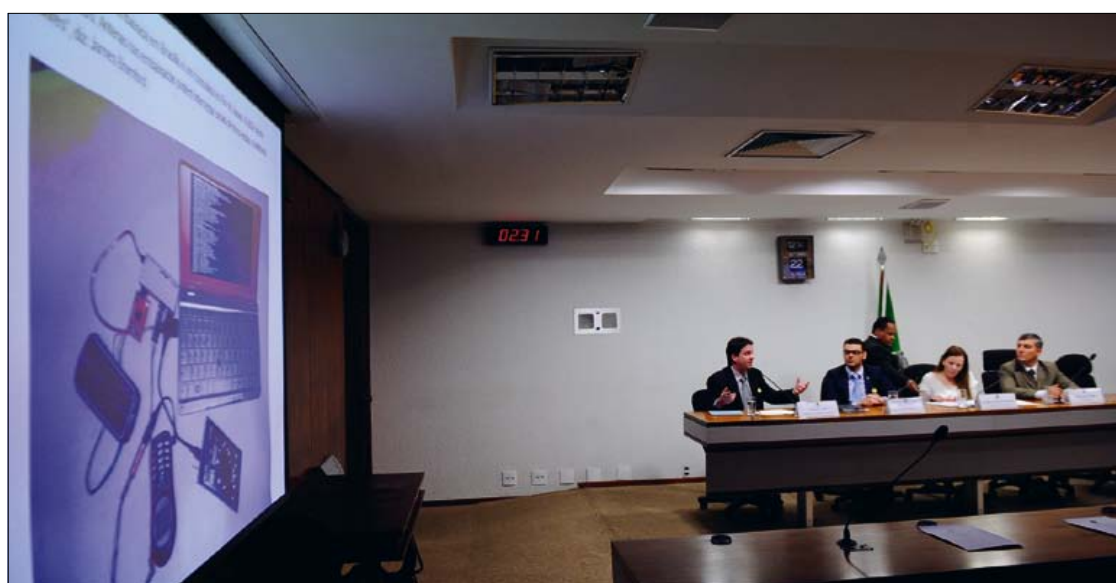
Especialistas ouvidos pela CPI da Espionagem cobram investimentos em segurança e representante do governo anuncia incentivos para sistemas nacionais

Internet do Brasil é vulnerável, aponta debate

DEBATEDORES QUE PARTICIPARAM ontem de audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem chamaram atenção para a vulnerabilidade cibernética do Brasil.

Para o especialista em segurança Paulo Sergio Pagliusi, numa escala de 0 a 10, o Brasil está com a nota 4 no que diz respeito à defesa on-line. Ele cobrou investimentos no desenvolvimento de satélites e de cabos submarinos e destacou que 90% das informações brasileiras passam pelo território dos Estados Unidos, o que facilita a espionagem.

— Essa realidade tem que mudar. A questão do satélite é ponto de honra. Temos que recuperar o domínio do satélite brasileiro, que não se aplica apenas ao uso civil, mas também militar. Não faz sentido deixarmos isso na mão de estrangeiros — afirmou.



Rodrigo Assad, Rafael Moreira, senadora Vanessa Grazziotin e Paulo Pagliusi discutem soluções para insegurança on-line

Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Rodrigo Assad destacou a iniciativa do governo de desenvolver um correio eletrônico próprio após as denúncias de espionagem, pelos Estados Unidos, da presidente Dilma Rousseff e da Petrobras.

Já o representante do Comitê Gestor da Internet no Brasil, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Rafael Moreira, revelou que o governo vai anunciar em novembro investimentos para que empresas desenvolvam tecnologia que dificulte a espionagem.

— [O objetivo é] que elas estejam disponíveis no mercado para as comunicações dos cidadãos pela internet possam ser seguras — acrescentou.

A presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que as propostas das audiências com especialistas vão se

transformar em projetos de lei. Um deles tratará sobre a criação de agência reguladora de defesa e segurança cibernética, uma unanimidade entre especialistas, segundo ela.

A senadora citou ainda a iniciativa de estabelecer a certificação de equipamentos e programas de informática e definir regras para a compra pelo governo.

— Somos vulneráveis porque não desenvolvemos sistemas próprios de segurança, porque não desenvolvemos fiscalização de qualquer sistema, porque empresas públicas importantes não utilizam tecnologia nacional. Estamos vendo uma coincidência na apresentação de propostas.

Mais tarde, Vanessa resumiu as propostas em Plenário, citando também a homologação de hardwares e softwares para garantir maior uma segurança no trânsito das informações.

Aprovada criação de consórcio para licitações de publicidade



Para o autor, Requião, projeto favorece pequenos e democratiza a comunicação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo ao projeto (PLS 263/2012) de Roberto Requião (PMDB-PR) que permite a participação de consórcios de empresas nos processos licitatórios para contratação de agências de publicidade e propaganda pela administração pública.

A proposta tramitava em conjunto com o PLS 295/2012, de Pedro Taques (PDT-MT), declarado rejeitado pelo relator,

José Agripino (DEM-RN).

Pelo texto aprovado, cada consórcio participante apresentará um único plano de comunicação, de acordo com o briefing elaborado pelo órgão licitante. O consórcio terá que apresentar também uma única proposta de preços.

— É a possibilidade de dar às pequenas empresas de publicidade e propaganda a capacidade de competir e, em ganhando, crescer — assinalou Agripino.

Requião comentou que a experiência foi aplicada, com sucesso, durante o governo dele no Paraná.

— Favorece os pequenos e democratiza a comunicação — resumiu.

O substitutivo manda aplicar ao consórcio participante as disposições contidas na Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações). A matéria segue, agora, para votação terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na pauta, tarifa de energia na indústria

Os impactos das reduções da tarifa de energia elétrica sobre o setor produtivo, em especial a indústria, serão debatidos em audiência pública pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Requerimento nesse sentido foi apresentado por Armando Monteiro (PTB-PE) e aprovado ontem pela comissão.

— Havia uma expectativa de redução mais efetiva nas tarifas, que são uma grande desvantagem para a competitividade. O Brasil tem um dos mais elevados custos de energia do mundo, que é duas vezes o preço médio praticado no mercado internacional, em torno de 40, 50 dólares o megawatt — comentou Armando.

O debate deve incluir propostas de políticas públicas que viabilizem a oferta de gás natural a preços mais competitivos. Entre os

convidados, estão Márcio Zimmermann, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Jorge Gerdau, presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, e Paulo Pedrosa, presidente-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

Refis da crise

A CAE também aprovou pedido de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para que sejam esclarecidas recentes operações de parcelamento de dívidas federais do setor produtivo, denominadas Refis da crise, das multinacionais e dos bancos.

De acordo com o senador, reportagens sobre o assunto trouxeram declarações de

dirigentes da Receita Federal acusando as operações de serem ineficazes e motivadas por razões políticas.

Foram convidados a prestar esclarecimentos sobre o assunto Carlos Alberto Freitas Barreto, secretário da Receita Federal, Caio Marcos Cândido, ex-subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, e Pedro Delarue, presidente do Sindifisco Nacional.

Em meio à aprovação desses requerimentos, o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), comentou a realização das duas próximas audiências públicas da comissão.

A primeira, sobre aviação civil, será em 5 de novembro. A segunda, focada em projeto de lei de Francisco Dornelles (PP-RJ) sobre a autonomia do Banco Central, está programada para o dia 12 de novembro.

Cyro Miranda critica ineficiência do governo na gestão econômica

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou ontem a ineficiência do governo na gestão da economia. Ele destacou a alta da inflação, o baixo crescimento do produto interno bruto (PIB) e a falta de investimento no setor produtivo como alguns dos gargalos e lamentou que o governo manipule números em uma tentativa de esconder o problema da população.

— O governo coloca em questão a capacidade financeira e orçamentária do país quando se esquece de dizer que a dívida bruta do setor público já chega a mais de 60% do PIB. O Brasil não pode se contentar com um desempenho tão modesto.

O senador destacou que o modelo de incentivos ao consumo utilizado pelo governo já está esgotado e vem provocando o endividamento das famílias. Ele também criticou as tentativas de privatização do governo petista, que, segundo Cyro, não parecem suficientes



Entre gargalos, senador destaca inflação alta e crescimento baixo

para alavancar os investimentos em infraestrutura.

— Esses investimentos, segundo a revista *The Economist*, têm-se mantido na ordem de 1,5% do PIB, quando a média global é de 3,8%. No lugar de fazer reformas, o governo continua a política cega de incentivo ao consumo — lamentou, ao criticar também a ausência de reformas indispensáveis à competitividade e o inchaço da máquina pública, o que, para ele, facilita a corrupção.

Senado aprova embaixadores na Venezuela e Arábia Saudita

Novo embaixador na Venezuela ressaltou potencial de negócio para empresas da Região Norte. Futuro embaixador na Arábia Saudita apontou oportunidades na área de engenharia e infraestrutura

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a indicação de Ruy Carlos Pereira para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Venezuela. Durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Pereira disse que o ingresso definitivo da Venezuela no Mercosul desloca para o norte o epicentro geográfico do bloco. Na avaliação dele, empresas sediadas em regiões menos desenvolvidas do Brasil terão mais oportunidades de crescer por meio do comércio e dos investimentos da Venezuela.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) assinalou que a indicação de Ruy Pereira é importante para o estado de Roraima, por conta da proximidade com o país vizinho. Para Romero Jucá (PMDB-RR), o papel do novo embaixador “é importantíssimo” diante do quadro de dificuldade por que passa a Venezuela. Jorge Viana (PT-AC), por sua vez, elogiou a habilidade política do novo embaixador, que está indo para um “posto estratégico”.

Na opinião de Inácio Arruda (PCdoB-CE), a indicação de



José Cruz/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

Ruy Pereira vai para a Venezuela e Flávio Marega, para a Arábia Saudita

Ruy Pereira é “destacada e feliz”. De acordo com o presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), a sabatina de Ruy Pereira foi “especial”. O senador ressaltou o fato de o indicado apontar a necessidade de uma agenda comum entre os Parlamentos dos dois países. O parlamentar acrescentou que Ruy Pereira mostrou na sabatina que é um dos melhores quadros da diplomacia brasileira.

— Além do conteúdo, todos ficaram contagiados em razão da elevada disposição e do entusiasmo do indicado em chefiar a embaixada do nosso

país na Venezuela — afirmou Ferraço.

Arábia Saudita

O Senado também aprovou a indicação de Flávio Marega para ocupar a embaixada do Brasil na Arábia Saudita, de forma acumulada com a representação do Brasil no Iêmen. Durante a sabatina na CRE, Marega registrou que as empresas brasileiras de engenharia poderão participar de um programa orçado em US\$ 400 bilhões para ampliar a infraestrutura da Arábia Saudita.

Mozarildo elogia comandante militar da Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou o comandante militar da Amazônia, general Eduardo Villas Bôas, que, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, afirmou que o Brasil vê a região apenas como uma espécie de colônia.

Mozarildo leu trechos da entrevista, publicada sábado, em que o militar diz que a Amazônia não está completamente integrada ao país e que a maior parte das autoridades e da população desconhece a realidade da região.

O general disse que a população amazonense não tem necessidades básicas atendidas e que a ausência do aparato governamental é comum na região.

Outro ponto da entrevista citado por Mozarildo é o fato de o Brasil não possuir satélites para auxiliar a vigilância da Amazônia. O general fez críticas à política indigenista nacional, segundo ele, insuficiente para atender as demandas dos índios.

— Realmente precisamos levar em conta a palavra desse brasileiro — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Casildo, Brasil precisa exercer liderança regional

Ao mencionar a participação dele em reunião do Parlamento Latino-Americano (Parlatino) na semana passada, Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou ontem que o Brasil ainda não exerce na região uma liderança compatível com a “inegável grandiosidade”, o que, na avaliação do senador, prejudica o estreitamento dos laços políticos e econômicos na América Latina e o diálogo igualitário com outros blocos regionais.

— É imperativo que o país expanda sua política de relações exteriores, buscando consolidar e ampliar as parcerias no comércio internacional — declarou.

Casildo criticou os resultados do Mercosul. Ele avaliou que o bloco já poderia, a exemplo do que fez a União Europeia, ter superado as dificuldades burocráticas que dificultam a livre circulação de bens, serviços e cidadãos entre os países-membros.

— Estamos há 20 anos nisso e ainda estamos muito devagar — lamentou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Especialistas propõem criação de tribunal sul-americano

A necessidade de criação de um tribunal de Justiça comum para a União das Nações da América do Sul (Unasul) foi defendida pelos participantes da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). As questões ambientais e criminais foram citadas como as mais importantes no contexto internacional da região.

Requerida por Blairo Maggi (PR-MT), presidente da CMA, a audiência buscou aprofundar o debate sobre a integração da Unasul, formada em 2008 por 12 países da América do Sul para ser um espaço de articulação cultural, social, econômica e política entre eles.

Segundo o vice-presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Márcio Vidal, é necessário haver normas comuns e um tribunal que garanta a interpretação dessas regras na América do Sul.

— Não há como querer preservar a Bacia Amazônica tão somente por brasileiros, quando suas fontes se localizam em outros países. Se os outros países não cooperarem

nessa preservação, de nada vai adiantar nosso esforço.

Para o professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) Valerio Mazzuoli, a Unasul precisa criar um tribunal como o que existe na União Europeia para compatibilizar as normas domésticas com as dos demais países-membros. Ele sugeriu que o tribunal tenha sede em Mato Grosso, por ser o centro do continente sul-americano.

Para o professor da Universidade del Salvador, na Argentina, Ramiro Anzit Guerrero, assim como a Alemanha é a locomotiva da União Europeia, o Brasil deve decidir ser o líder da América do Sul na questão da integração.

O presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratur, desembargador Antonio Rulli Junior, entregou à comissão uma proposta que torna obrigatória a criação de um curso sobre ambiente para os juízes substitutos (em início de carreira).

Na opinião do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, a integração judiciária seria um



Geraldo Magela/Agência Senado

Em audiência presidida por Blairo Maggi (C), especialistas tratam da necessidade de integração entre os países da Unasul

trabalho de médio e longo prazo. Para ele, a ação a curto prazo e principal seria a integração legislativa.

— É possível que tenhamos um Código Florestal para o Brasil e que se cruze a fronteira e do outro lado tenhamos uma legislação que é o oposto da nossa, ou pior, um vazio legislativo nessa temática? É admissível isso?

Para Blairo, não dá para separar as regras entre os estados brasileiros e os demais países. Para exemplificar a posição, ele disse que, enquanto no Brasil é proibido comer tartarugas, isso é permitido na Bolívia.

Crimes

O desembargador Márcio Vidal ressaltou preocupação

com questões criminais. Segundo ele, grande parte dos crimes que ocorrem no Brasil é cometida por pessoas dos países vizinhos. Como reforço, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) citou a situação de Tabatinga, cidade do Amazonas que faz fronteira com Colômbia e Peru onde havia uma morte por dia devido ao narcotráfico.

— Há mais de dois anos, a Força Nacional foi para Tabatinga a pedido do governo do estado e até hoje não saiu de lá.

Sérgio Petecão (PSD-AC) ressaltou que 90% das drogas produzidas no Peru e na Bolívia são consumidas no Brasil. Segundo ele, a relação entre o Acre e a Bolívia é ruim. Ele lembrou o caso do senador boliviano Róger Pinto Molina,

que fugiu recentemente para o Brasil devido, como observou, à perseguição política.

Para o professor Ramiro Anzit Guerrero, a integração entre os países sul-americanos tem muitos desafios. Entre eles, está a validação dos diplomas em universidades estrangeiras, que, segundo ele, está engessada em muita burocracia, especialmente no Brasil.

Para Vanessa, em vez da validação dos diplomas, é necessário o reconhecimento mútuo das universidades, conforme prevê projeto de Roberto Requião (PMDB-PR).

— Para que analisar o currículo individualmente, quando se pode analisar o coletivo, a universidade? — questionou a senadora.